

# Momentos difíceis

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista



**T**empos muito estranhos é o título de livro interessantíssimo de Doris Goodwin (Editora Nova Fronteira) que trata das relações especiais entre Franklin e Eleanor Roosevelt com Winston Churchill durante a Segunda Guerra Mundial. O primeiro-ministro inglês passou, naquele período, longas temporadas na Casa Branca, trabalhando na coordenação, com o presidente dos Estados Unidos, do esforço de guerra dos aliados. Eram três personalidades fortes, distintas e com objetivos claros. Mudaram os destinos do mundo, apesar de serem completamente diferentes entre si. Eles entenderam a mudança dos tempos e conseguiram conviver bem, apesar dos egos imensos e da situação pessoal distinta. Franklin, paraplégico, conduzia a política norte-americana, Eleanor, feminista, escrevia no *The New York Times* enquanto namorava sua secretária, e Winston, que conduzia a Inglaterra, introduziu a bebida alcoólica na Casa Branca.

Os tempos de hoje são também muito estranhos. Mas, infelizmente, não existem personagens tão ricos quanto os daquele período. O mundo assiste ao lento desfazer do mito de que o exército russo, herdeiro do exército vermelho, seria poderoso e capaz de vencer qualquer obstáculo. Ao contrário, a pequena Ucrânia, com inteligência e capacidade criativa, tem conseguido destruir a infraestrutura da Rússia com drones que voam em baixas

altitudes, orientados por inteligência artificial, e destroem tudo que lhes é solicitado. Chegaram a bombardear unidades fabris em região próxima aos montes Urais, mais de 2 mil quilômetros distante da frente de combate. Recentemente isolaram as tropas russas na Criméia. Putin está perdendo sua guerra.

Trump fez sua guerra contra o Irã. O maior e melhor exército do mundo bombardeou tudo que podia. Destruuiu cidades. O líder arrogante declarou ser capaz de fazer aquele país retroceder à idade da pedra. Israel pegou carona na guerra e invadiu o sul do Líbano, depois de arasar a faixa de Gaza. Mas, para surpresa geral, o governo do Irã tornou-se mais forte e foi capaz de realizar violentos ataques contra as bases norte-americanas na região. Elas foram pesadamente atingidas. Washington não foi capaz de defender seus aliados. E Teerã completou sua obra ao fechar o Estreito de Ormuz. Provocou inflação no mundo inteiro, inclusive nos Estados Unidos. Trump rapidamente assinou tratado de paz, porque não conseguiu vencer. Perdeu. O governo do Irã está onde sempre esteve. E o resultado da guerra é nulo.

A situação retornou ao que os juristas chamam de status quo ante. Ou seja, como estava antes. A guerra, que custou ao contribuinte norte-americano cerca de US\$ 30 bilhões, não modificou em nada a disposição das forças na região. Mas Trump continua a ser um jogador de pôquer na política internacional. Ele despreza o serviço diplomático dos Estados Unidos. Age por intuição, sob aplausos de seu círculo de assessores incapazes de dizer não. São bajuladores profissionais. Em relação ao Brasil, diz que o país é perigoso, joga duro, mas "ninguém joga mais duro que os Estados Unidos". Lamenta a prisão de um inexistente Bolsonaro Júnior. Estabanado, elefante em casa de louças, derruba tudo que vê pela

frente. Vai causar problemas na eleição brasileira. Não esconde sua preferência pelos filhos de Jair, sem saber que, assim, beneficia as milícias que atuam no Brasil.

Os tempos também são muito estranhos no Brasil. O poder econômico tomou conta do governo. Um pequeno banqueiro conseguiu subornar e corromper os mais altos funcionários da República. As desconfianças rondam tribunais, assustam o Congresso, porque senadores de alto calibre e deputados em posições estratégicas são surpreendidos por conclusões da Polícia Federal de terem recebido propina. O cabuloso episódio Master começou na Bahia, tempos atrás. A carreira de Augusto Lima, dono do Banco Pleno, foi meteórica no setor financeiro. O Credicesta iniciou a parceria com o Banco Master. Era um cartão de crédito consignado para servidores públicos. O negócio alcançou 24 estados e 176 municípios. O Banco Central autorizou o banco a funcionar em 2005. Anos depois decretou o fim daquela instituição.

Daniel Vorcaro foi além. Chegou a Brasília e distribuiu dinheiro grosso. Foi muito bem-sucedido. Quase comprou o BRB. Em seguida, para salvar o negócio, o BRB tentou comprar o Master. O Banco de Brasília quebrou e quase quebrou o Governo do Distrito Federal. Tudo resultado de corrupção pesada. O processo corre, entre solavancos e discussões áspersas, no Supremo Tribunal Federal.

As eleições deste ano serão realizadas debaixo de surpresas provocadas pelas revelações da PF e provocações originárias de Washington. Mas não há personagens brilhantes, nem intelectuais de primeira linha no jogo. Só interesse financeiro. Dólar e petróleo. Nada mais. Nenhum projeto de governo apareceu até agora nos discursos dos presidenciáveis. Os tempos estão muito estranhos.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dnbr.com.br

## Rebeldes e cientistas no mesmo quadrado

Na ponta da velha balança, nos dois extremos, pesa o debate sobre o ensino superior brasileiro, assunto que costuma oscilar. De um lado, a percepção de que as universidades públicas atravessam uma crise permanente. Drogas, festas e muita bebida alcoólica. De outro, a narrativa segundo a qual o país teria construído um sistema universitário capaz de competir em igualdade de condições com os principais centros acadêmicos do mundo. Os números mais recentes sugerem uma realidade mais complexa, marcada por avanços significativos, mas também por limitações estruturais que continuam a afastar o Brasil das nações líderes em ciência, tecnologia e inovação.

Segundo o Leiden Ranking 2025, a Universidade de São Paulo (USP), principal instituição de pesquisa do país, aparece na 17ª colocação mundial em volume de produção científica, levantamento elaborado pelo Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia da Universidade de Leiden, na Holanda. Entre 2020 e 2023, a USP produziu mais de 20 mil artigos científicos indexados na base Web of Science, consolidando-se como a única universidade ibero-americana entre as 100 maiores produtoras de conhecimento científico do planeta.

Uma universidade brasileira ao lado de instituições tradicionalmente associadas à liderança científica mundial realmente chama atenção. O próprio ranking destaca que 42,5% dos artigos publicados pela USP situam-se entre os 50% mais citados em suas respectivas áreas de conhecimento. Em nota oficial, a instituição ressaltou sua posição como "a universidade brasileira que mais produz pesquisa no mundo".

Curiosamente, nos rankings globais mais abrangentes, a relevância da pesquisa nacional não se reflete integralmente. Em junho de 2026, o levantamento do Center for World University Rankings revelou que 45 das 52 universidades brasileiras avaliadas perderam posições em relação ao ano anterior. A USP permaneceu como a instituição mais bem colocada do país, mas recuou para a 119ª posição mundial. Segundo o relatório, o desempenho em pesquisa foi justamente o indicador que apresentou maior deterioração entre as universidades brasileiras.

O contraste entre os dois resultados ajuda a compreender uma das principais características do ensino superior nacional. O Brasil produz ciência em quantidade considerável, mas encontra dificuldades para ampliar seu impacto internacional, sua capacidade de inovação e sua inserção em redes globais de pesquisa. Enquanto alguns rankings privilegiam o volume de publicações, outros incorporam indicadores como reputação acadêmica, internacionalização, influência das pesquisas, empregabilidade dos egressos e transferência de conhecimento para a sociedade.

A comparação internacional revela a dimensão do desafio. Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), 48% dos jovens adultos dos países-membros possuem formação superior. Em várias economias avançadas, a expansão do acesso ao ensino superior foi acompanhada por elevados investimentos em pesquisa, inovação e cooperação internacional.

No Brasil, embora o número de estudantes universitários tenha crescido expressivamente nas últimas décadas, persistem obstáculos relacionados ao financiamento, à permanência estudantil e à internacionalização das instituições. Dados da OCDE mostram que apenas 0,2% dos estudantes do ensino superior no país são estrangeiros, índice muito inferior à média observada nas nações desenvolvidas. O mesmo relatório aponta que o gasto anual por estudante permanece entre os mais baixos do grupo analisado.

As universidades federais e estaduais continuam concentrando a maior parte da pesquisa científica nacional. Instituições como USP, Unicamp, UFRJ, UFMG, UFRGS e UnB respondem por parcela expressiva dos artigos, teses, dissertações e projetos de pesquisa produzidos no país. No ranking CWUR de 2026, essas universidades permanecem entre as mais bem posicionadas do Brasil, embora praticamente todas tenham enfrentado perda relativa de posições diante do crescimento acelerado de concorrentes internacionais, especialmente da Ásia.

O cenário evidencia uma realidade paradoxal. O Brasil construiu um sistema universitário capaz de gerar conhecimento em escala global e de formar pesquisadores reconhecidos internacionalmente. Ao mesmo tempo, os indicadores mostram que o país ainda ocupa posição distante daquela observada nas principais potências científicas. A produção acadêmica brasileira continua relevante, mas sua transformação em inovação tecnológica, patentes, produtos e ganhos de competitividade econômica ocorre em ritmo inferior ao observado em países que hoje lideram a economia do conhecimento.

A discussão sobre o futuro das universidades brasileiras não se limita, portanto, ao número de artigos publicados ou à posição em rankings internacionais. Ela envolve a capacidade de um país transformar conhecimento em desenvolvimento. Os dados disponíveis mostram que o Brasil já tem uma base universitária robusta e consolidada. Mostram também que, diante das exigências de uma economia cada vez mais dependente da ciência e da tecnologia, ainda permanece consideravelmente aquém do patamar alcançado pelas nações que ocupam os primeiros lugares na produção e no aproveitamento estratégico do conhecimento.

### » A frase que foi pronunciada

"A educação não é preparação para a vida; a educação é a própria vida."  
John Dewey

### » História de Brasília

Volta, assim, às manchetes, o nome do major Lameirão, tristemente célebre pelos acontecimentos de Jacareacanga e Aragarças. E o povo, por pouco, não provocou o que seria feito do homem que, no ponto, não provocou o maior desastre dos nossos tempos. (Publicada em 22/5/1962)

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



## DNA ancestral, reparação histórica e saúde pública: direito à origem dos afro-brasileiros

» RENATO FERREIRA  
Mestre em políticas públicas e doutor em ciências jurídicas



» FELIPE PIRES  
Advogado e vereador na cidade do Rio de Janeiro

**A** história da população afro-brasileira é marcada por um processo sistemático de apagamento histórico promovido pela escravidão colonial. Milhões de africanos foram retirados à força de seus territórios de origem, separados de suas famílias, línguas, religiões e identidades étnicas. Durante o período colonial, registros familiares e genealógicos foram destruídos e seres humanos reduzidos à condição de mercadoria. Esse processo produziu ruptura histórica e cultural profunda entre os descendentes afro-brasileiros e suas origens ancestrais africanas.

Diferentemente de muitos descendentes de europeus, que conseguem acessar documentos históricos para obtenção de cidadania estrangeira e reconstrução de suas árvores genealógicas, a população negra enfrenta obstáculos quase intransponíveis para identificar precisamente a origem de seus ancestrais.

Nesse contexto, o acesso às informações ancestrais por meio do exame de DNA surge como um direito da população negra. Trata-se de uma pauta de reparação histórica, reconhecimento e valorização cultural e representa uma

possibilidade concreta de reconstrução simbólica da memória de um povo historicamente submetido ao racismo, à negação de sua identidade.

No Rio de Janeiro, estado e município, essa discussão ganhou força com propostas legislativas voltadas ao reconhecimento do direito à ancestralidade. O Projeto de Lei nº 6.149/2022 propôs a criação do Programa Estadual de Incentivo à Pesquisa da Ancestralidade Africana e Indígena, prevendo oferta gratuita de exames genéticos para pessoas em situação de vulnerabilidade social interessadas em conhecer suas origens. Posteriormente, a Câmara Municipal aprovou a Lei nº 9.365, de 5 de maio de 2026, instituindo oficialmente o direito à ancestralidade para a população negra por meio de exames de DNA e mapeamento genômico.

A legislação representa um marco jurídico novo e social importante porque reconhece o acesso à ancestralidade como um direito relacionado à dignidade humana, à memória histórica e à valorização da identidade cultural negra. A lei estabelece que a Secretaria Municipal de Saúde deverá disponibilizar gratuitamente exames genéticos para cidadãos negros interessados em conhecer sua ancestralidade. Além disso, determina que o exame seja realizado de forma voluntária, garantindo privacidade, confidencialidade e proteção ética dos dados genéticos dos participantes.

Entretanto, os impactos da política pública vão além da valorização histórica e cultural. O mapeamento genético também possui importante contribuição para o campo da saúde pública. Muitas doenças apresentam forte componente hereditário e têm maior incidência em determinados grupos populacionais. Entre essas patologias, estão diversas doenças autoimunes, cardiovasculares, metabólicas e hematológicas, como anemia falciforme, hipertensão arterial e lúpus,

frequentemente associadas a fatores genéticos específicos. Atualmente, em razão da ausência de informações genéticas qualificadas, muitas pessoas recebem diagnóstico apenas em estágios avançados de determinadas doenças.

Nesse sentido, a criação de um banco de dados genômico, prevista pela legislação municipal, pode ampliar significativamente a capacidade de prevenção e diagnóstico precoce no Sistema Único de Saúde (SUS). Os dados genéticos poderão contribuir para pesquisas científicas sobre doenças com maior prevalência na população negra, ampliando o desenvolvimento de políticas públicas específicas e mais eficazes no tratamento.

Outro aspecto relevante da legislação é a possibilidade de estabelecimento de parcerias entre o poder público, universidades e instituições de pesquisa para fortalecer a produção científica sobre genética populacional, ancestralidade africana e saúde da população negra. A lei também apresenta preocupação ética ao proibir expressamente qualquer uso discriminatório dos resultados genéticos. Essa proteção é fundamental, considerando os riscos históricos do uso político e social da genética para reforço de desigualdades raciais.

A legislação tem ainda forte dimensão educacional e cultural. O texto legal prevê campanhas públicas de conscientização sobre memória histórica, identidade racial e impactos do racismo na sociedade brasileira. O objetivo é combater o apagamento histórico da população negra e fortalecer o sentimento de pertencimento étnico-cultural entre os cidadãos. Assim, o texto legal busca assegurar que o DNA ancestral, como um direito, seja utilizado como instrumento de inclusão, reparação histórica e promoção da dignidade humana.